



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**



Agosto/2014

**Concurso Público para provimento de cargos de
Promotor de Justiça
Promotor de Justiça Substituto**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Primeira Etapa

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitido qualquer tipo de consulta.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Penal**

1. A prescrição penal

- (A) no crime continuado (Código Penal, artigo 71 e seu parágrafo único), regula-se pela pena concursiva resultante do acréscimo correspondente à continuidade.
- (B) não pode ter por termo inicial data anterior à denúncia ou queixa, em nenhuma hipótese.
- (C) não pode ter por termo inicial data anterior à denúncia ou queixa, quando se tratar de prescrição dita *em abstrato*.
- (D) não pode ter por termo inicial data anterior à denúncia ou queixa, quando se tratar de prescrição dita *em concreto*.
- (E) no caso de detração penal (Código Penal, artigo 42), regula-se pelo tempo que resta da pena, após a dedução do tempo de pena de prisão provisória já expiado, segundo entendimento hoje dominante no Superior Tribunal de Justiça.

2. Para cumprir sete dias de pena de reclusão que ainda restavam, a foragida Marta foi recapturada às dezenove horas de domingo. O respectivo mandado de prisão, depois de formalizado seu cumprimento, foi juntado aos autos do processo de execução penal logo no dia imediato à prisão. Precisamente, Marta deverá em princípio ser solta

- (A) na terça-feira, da semana imediata
- (B) na segunda-feira, da semana imediata.
- (C) no domingo, da semana imediata.
- (D) no domingo à noite, da semana imediata.
- (E) no sábado imediato.

3. Aprovada em Sessão Plenária de 15 de dezembro de 1976, a Súmula 554 do Supremo Tribunal Federal enuncia que *O pagamento de cheque emitido sem suficiente previsão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta o prosseguimento da ação penal*. Com o advento da reforma da Parte Geral do Código Penal pela Lei nº 7.209/1984, o sentido normativo dessa súmula passou a ser, no entanto, tensionado por importantes segmentos da doutrina brasileira, notadamente à luz do instituto denominado

- (A) insignificância penal.
- (B) desistência voluntária.
- (C) arrependimento eficaz.
- (D) arrependimento posterior.
- (E) crime impossível.

4. Quanto ao roubo e à extorsão,

- (A) não comportam a continuidade delitiva, posto que ofendem bens jurídicos de natureza personalíssima (vida, integridade física ou moral e liberdade).
- (B) embora ambos sejam crimes eminentemente patrimoniais, tutela-se no roubo frontalmente também a integridade e a vida, ao passo que, na extorsão, tutela-se de modo mais concomitante a liberdade autônômica da vítima e sua capacidade decisória, bens sempre ainda remanescentes nessa respectiva situação normativa.
- (C) são, precípua e respectivamente, crimes contra o patrimônio e contra a liberdade.
- (D) ambos são crimes materiais, no atual entender do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) tem-se, respectivamente, figuras penais mais e menos graves ao olhar da própria lei, em vista das sanções nela cominadas.

5. Considere o artigo 295º do Código Penal Português, de 1995:

1. *Quem, pelo menos por negligência, se colocar em estado de inimputabilidade derivado da ingestão ou consumo de bebida alcoólica ou de substância tóxica e, nesse estado, praticar um facto ilícito típico é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias.*

2. *A pena não pode ser superior à prevista para o facto ilícito típico praticado.*

Enquanto o direito brasileiro dispõe que a embriaguez alcoólica ou por substância análoga simplesmente não exclui a imputabilidade penal (Código Penal, artigo 28, II), já a disposição acima do artigo 295º do Código Penal português, de 1995, cuidou bem diversamente da matéria. Com isso, o direito português, bem ou mal, esquivou-se de uma antológica crítica estrutural à solução dogmática que o direito brasileiro subscreve quanto à temática da imputabilidade na embriaguez. Independentemente de um juízo sobre seu mérito, a crítica que se estabelece no conhecido debate doutrinário acerca da matéria é:

- (A) O direito brasileiro, ao fundar a imputação na *actio libera in causa*, enseja situações de responsabilização penal estritamente objetiva.
- (B) O direito brasileiro não diferencia claramente a embriaguez meramente acidental (resultante de caso fortuito ou força maior) daquela estritamente culposa (que o direito português denomina *negligente*), englobando no mesmo tratamento legal situações em que, respectivamente, não ocorre e ocorre reprovabilidade do agente.
- (C) O direito brasileiro, ao punir o agente embriagado sem uma disposição análoga àquela do direito português, está implicitamente violando o postulado *nullum crimen, nulla poena sine praevia lege stricta*, alicerçando a imputação da embriaguez, portanto, em formulação meramente genérica da Parte Geral do Código Penal.
- (D) O direito brasileiro não prevê senão a imputação na embriaguez por ingestão de substância alcoólica ou de efeitos análogos (como tais devendo ser estritamente compreendidas aquelas ditas entorpecentes), com o que a imputação estaria, em tese e à diferença do que expressamente ressaltou a lei portuguesa, excluída nos casos de ingestão de substância de efeitos propriamente tóxicos.
- (E) O direito brasileiro, bem à diferença da fórmula portuguesa, não dispõe limites penais quantitativos à imputação do agente que comete crime em situação de embriaguez.



<p>6. Com relação ao controle penal das drogas, segundo o entendimento hoje dominante no</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça, todas as pessoas que foram condenadas por tráfico de drogas tem que cumprir 3/5 (três quintos) da pena privativa de liberdade respectiva, se reincidentes, para postularem sua progressão de regime prisional.</p> <p>(B) Supremo Tribunal Federal, não há como ser aplicado o chamado <i>princípio da insignificância penal</i> na conduta de portar ínfima quantidade de maconha para uso exclusivamente próprio, quando cometida por militar no ambiente castrense.</p> <p>(C) Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento da causa de diminuição específica do tráfico de drogas (Lei nº 11.343/2006, artigo 33, parágrafo 4º) afasta, de regra, a hediondez do crime cometido.</p> <p>(D) Superior Tribunal de Justiça, é incabível a aplicação retroativa, aos crimes cometidos anteriormente a sua vigência, da causa de diminuição específica do tráfico de drogas trazida pelo artigo 33, parágrafo 4º da Lei nº 11.343/2006.</p> <p>(E) Superior Tribunal de Justiça, é cabível a aplicação retroativa, aos crimes cometidos anteriormente a sua vigência, da causa de diminuição específica do tráfico de drogas trazida pelo artigo 33, parágrafo 4º da Lei nº 11.343/2006, de sorte que a redução respectiva incida sobre o montante de pena apurado segundo as margens cominadas pela Lei nº 6.368/1976.</p>	<p>9. Tratando-se de crime doloso, não caracteriza circunstância genérica agravante</p> <p>(A) a maternidade, no infanticídio.</p> <p>(B) a filiação, no parricídio.</p> <p>(C) a execução mediante promessa de recompensa, na ameaça.</p> <p>(D) a embriaguez preordenada, no roubo.</p> <p>(E) a motivação torpe, na lesão corporal.</p>
<p>7. Com relação ao ilícito de dano, tipificado no artigo 163 do Código Penal,</p> <p>(A) a motivação da conduta é irrelevante para o fins de classificação típica, importando, eventualmente, como critério de fixação da pena.</p> <p>(B) a doutrina brasileira mais contemporânea vem majoritariamente entendendo exigível, para sua caracterização, o elemento subjetivo que, na teoria tradicional, comumente é designado como <i>dolo específico</i>, no caso consubstanciado pelo chamado <i>animus nocendi</i>.</p> <p>(C) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça hoje entende que o preso que destrói item do patrimônio prisional especificamente para fugir não comete esse crime.</p> <p>(D) na subtração mediante arrombamento, comumente enlaça-se em concurso formal com o furto.</p> <p>(E) se trata de infração de menor potencial ofensivo, quando culposa.</p>	<p>10. Segundo sua classificação doutrinária dominante, o chamado <i>ofendículo</i> pode mais precisamente caracterizar situação de exclusão de</p> <p>(A) antijuridicidade.</p> <p>(B) tipicidade.</p> <p>(C) periculosidade.</p> <p>(D) culpabilidade.</p> <p>(E) punibilidade.</p>
<p>8. Com relação à legislação das armas de fogo,</p> <p>(A) a chamada <i>abolitio criminis</i> temporária, no entender hoje pacificado do Superior Tribunal de Justiça, teve como limite a data de 23 de outubro de 2005, após o que não ampara mais a conduta do <i>possuidor</i> de qualquer arma de fogo.</p> <p>(B) a chamada <i>abolitio criminis</i> temporária, no entender hoje pacificado do Superior Tribunal de Justiça, abrangeu as condutas de <i>posse</i> e de <i>porte</i> ilegal de arma de fogo.</p> <p>(C) a chamada <i>abolitio criminis</i> temporária, no entender hoje pacificado do Superior Tribunal de Justiça, aplica-se aos ilícitos de <i>posse</i> ilegal de arma de fogo, inclusive de uso restrito, que tenham sido cometidos até 31 de dezembro de 2010.</p> <p>(D) a chamada <i>abolitio criminis</i> temporária, no entender hoje pacificado do Superior Tribunal de Justiça, aplica-se aos ilícitos de <i>posse</i> ilegal de arma de fogo, desde que de uso permitido e de numeração, marca ou outro sinal de identificação não raspado, nem suprimido ou alterado que tenham sido cometidos até 31 de dezembro de 2011.</p> <p>(E) o desmuniamento da arma não afasta os crimes do Estatuto do Desarmamento, no entender hoje pacificado do Supremo Tribunal Federal.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>11. No que toca às regras de fixação de competência no processo penal, é correto afirmar:</p> <p>(A) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.</p> <p>(B) A competência será determinada pelo lugar em que se iniciar a infração.</p> <p>(C) A competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou a ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública.</p> <p>(D) A competência será determinada pela continência no caso de concurso formal.</p> <p>(E) Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de lugar diferentes.</p> <p>12. Antonio, de 25 anos, está sendo processado pelo delito de furto praticado contra João, seu irmão gêmeo. Diante disso,</p> <p>(A) mesmo depois de oferecida a denúncia, se a pedido de João, o Ministério Público pode desistir da ação.</p> <p>(B) o número máximo de testemunhas a serem arroladas na denúncia é 5.</p> <p>(C) o Ministério Público não pode oferecer denúncia sem representação de João.</p> <p>(D) o número máximo de testemunhas a serem arroladas na queixa é 5.</p> <p>(E) ao fim, o juiz pode isentar Antonio de pena.</p>



13. José responde, preso, a processo pela prática do delito de tráfico de drogas. Diante disso, é correto afirmar que
- (A) sob o título de prisão temporária, José pode ficar preso no curso da ação penal por no máximo 60 dias.
 - (B) a prisão preventiva de José pode ter sido decretada de ofício no curso do inquérito policial.
 - (C) mesmo que cumpridos todos os demais requisitos, o Supremo Tribunal Federal, por maioria, tem entendido que não é possível a concessão de liberdade provisória a José.
 - (D) sob o título de prisão temporária, José pode ter ficado preso no curso do inquérito policial por no máximo 10 dias.
 - (E) na hipótese de ter havido representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir pela decretação da prisão temporária, teve que ouvir o Ministério Público.
14. De acordo com o disposto no Código de Processo Penal,
- (A) no plenário do júri, os jurados, por meio do juiz presidente, podem formular perguntas às testemunhas, mas não ao ofendido.
 - (B) na inquirição das testemunhas arroladas pela defesa no plenário do júri, o defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público e do assistente.
 - (C) no procedimento comum ordinário, as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente ao interrogando, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida, e o juiz poderá completar a inquirição somente sobre os pontos não esclarecidos.
 - (D) a expedição de carta precatória suspende a instrução criminal.
 - (E) mesmo que desobrigadas pela parte interessada, permanecem proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão devam guardar segredo.
15. Em relação ao procedimento de competência do Tribunal do Júri, e de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) a fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
 - (B) comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz-presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento, sendo que os jurados excluídos por impedimento ou suspeição não serão computados para a constituição do número legal.
 - (C) caberá recurso em sentido estrito contra a decisão de impronúncia e apelação contra a absolvição sumária.
 - (D) estão isentos dos serviços do júri os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos que requeiram sua dispensa.
 - (E) na audiência de instrução, e havendo um só acusado, as alegações do Ministério Público serão orais, pelo prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 15 (quinze).
16. Em relação às medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, é correto afirmar:
- (A) O juiz pode aplicar o afastamento do agressor, mas não da ofendida, do lar.
 - (B) A suspensão da posse de arma é medida protetiva de urgência que o juiz pode aplicar contra o agressor caso constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
 - (C) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, desde que ouvido previamente o Ministério Público.
 - (D) A própria ofendida poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.
 - (E) A prestação de alimentos provisionais ou provisórios não está no rol de medidas protetivas de urgência que o juiz pode aplicar contra o agressor caso constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
17. Em relação às ações de impugnações e aos recursos no processo penal, é correto afirmar que
- (A) o Código de Processo Penal não prevê a legitimidade do Ministério Público para impetração de *habeas corpus*, sendo esta decorrente da legitimidade geral para os recursos.
 - (B) o Código de Processo Penal, ao tratar da revisão criminal, prevê expressamente a legitimidade do Ministério Público para sua propositura.
 - (C) os embargos de declaração são recurso exclusivo da defesa.
 - (D) no mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.
 - (E) não tem efeito suspensivo o recurso em sentido estrito interposto contra a decisão que denegar a apelação.
18. Em relação à Lei nº 9.099/95, é INCORRETO afirmar:
- (A) A composição dos danos civis, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
 - (B) O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.
 - (C) A composição dos danos civis, homologada pelo juiz, não impede que o Ministério Público também proponha a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, nos casos de ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido.
 - (D) Segundo entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, quando para o crime seja prevista pena mínima superior a dois anos, porém, alternativamente, pena de multa, tem-se por satisfeito um dos requisitos legais para a suspensão condicional do processo.
 - (E) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.



<p>19. No que toca as nulidades no Processo Penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) a falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, salvo quando houver risco de prescrição.</p> <p>(B) não é nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.</p> <p>(C) nenhum ato será declarado nulo se da nulidade resultar prejuízo para a acusação.</p> <p>(D) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte é absoluta e não pode ser sanada.</p> <p>(E) constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.</p>	<p>22. Internada às pressas no Hospital Frei Vicente para tratamento de dores abdominais agudas, Eliana foi submetida a uma cirurgia de emergência executada pelo médico plantonista Lourenço. Dias depois, faleceu por infecção contraída durante a cirurgia, a qual teve como causa as más condições de higiene do hospital. Visando ao recebimento de compensação pelo falecimento da mãe, a filha de Eliana, menor impúbere representada pelo pai, ajuizou ação em que requereu a condenação do Hospital Frei Vicente e do médico Lourenço. Haverá responsabilidade</p> <p>(A) por culpa presumida, tanto do hospital como do médico.</p> <p>(B) independentemente de comprovação de culpa do hospital ou do médico.</p> <p>(C) independentemente de comprovação de culpa, no caso do hospital, e apenas se comprovada culpa, no caso do médico.</p> <p>(D) apenas se comprovada culpa, tanto no caso do hospital como no do médico.</p> <p>(E) apenas se comprovada culpa, no caso do hospital, e independentemente da comprovação de culpa, no caso do médico.</p>
<p>20. No que toca à execução penal, constitui entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores:</p> <p>(A) A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução apenas sob regime semiaberto</p> <p>(B) Não impede a progressão de regime de execução da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial</p> <p>(C) Em caso de fuga, o prazo para a contagem do prazo prescricional inicia-se da data da recaptura do réu.</p> <p>(D) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento é também considerada para a concessão do livramento condicional</p> <p>(E) Não se admite a aplicação de regime menos severo determinada na sentença condenatória antes do seu trânsito em julgado</p>	<p>23. Marina adquiriu no Supermercado Russo, para limpeza de sua residência, 1 litro da água sanitária "Quilimpo", a qual foi utilizada por sua funcionária Juliana. A embalagem do produto identificava claramente a fabricante Quilimpo Ltda, empresa sólida financeiramente, e trazia a advertência: "diluir em água antes da utilização". Embora tenha realizado a diluição, uma vez em contato com a urina de animais domésticos, a água sanitária liberou gases tóxicos, os quais provocaram queimaduras na pele de Juliana. Juliana poderá ajuizar, diretamente, ação de indenização contra a fabricante</p> <p>(A) e a comerciante, no prazo prescricional de 5 anos.</p> <p>(B) apenas, no prazo prescricional de 90 dias.</p> <p>(C) e a comerciante, no prazo decadencial de 90 dias.</p> <p>(D) apenas, no prazo prescricional de 5 anos.</p> <p>(E) e a comerciante, no prazo decadencial de 5 anos.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>21. Já sem filhos nem cônjuge, Mário decide transmitir gratuitamente um de seus imóveis à neta Carolina, de 15 anos. A fim de pagar menos tributos, registra o negócio como venda e compra de valor menor que o real. Passados 6 anos, Mariana, também neta de Mário, ajuíza ação buscando desconstituir o negócio. A pretensão de Mariana</p> <p>(A) foi alcançada pela decadência, pois apenas os prazos de prescrição são obstados pela incapacidade absoluta.</p> <p>(B) não foi alcançada pela decadência, pois negócios jurídicos nulos não convalidam pelo decurso do tempo.</p> <p>(C) está prescrita, porque se passaram mais de quatro anos desde que Carolina se tornou relativamente incapaz.</p> <p>(D) está acobertada pela prescrição, pois, quando ajuizada a ação, Carolina já havia atingido a maioridade civil.</p> <p>(E) estaria prescrita não fosse o fato de que Carolina era absolutamente incapaz quando da celebração do negócio.</p>	<p>24. Em vista da gravidez do cônjuge Fabiane, pessoa plenamente capaz para os atos da vida civil, Lucas celebrou, por escritura pública, contrato de doação de bens móveis ao nascituro. A doação foi aceita por Fabiane, que possui outros dois filhos com Lucas. Os outros dois filhos jamais receberam bens de Lucas a título de doação. Neste caso, a doação feita por Lucas ao nascituro é</p> <p>(A) nula, por ferir a isonomia entre os irmãos.</p> <p>(B) válida, mas importando adiantamento do que couber por ocasião da herança.</p> <p>(C) juridicamente inexistente, pois a personalidade civil se inicia com o nascimento.</p> <p>(D) anulável, por ferir a isonomia entre os irmãos.</p> <p>(E) válida, desde que ratificada pelos irmãos.</p>



25. Roberto foi casado com Beatriz, em segundas núpcias, no regime da separação obrigatória de bens. Quando faleceu, deixou 2 filhos do primeiro casamento e um único imóvel a inventariar, que havia sido adquirido antes do casamento com Beatriz. Durante a união, Roberto e Beatriz residiram juntos no referido imóvel. Com a abertura da sucessão, o imóvel será transmitido aos filhos de Roberto,
- (A) em concorrência com Beatriz, a quem será assegurado direito real de habitação, que lhe possibilita ocupar o bem, mas não alugar.
- (B) somente, devendo Beatriz desocupar o bem após a partilha.
- (C) somente, assegurando-se a Beatriz direito real de habitação, que lhe possibilita ocupar o bem, mas não alugar.
- (D) em concorrência com Beatriz, a quem será assegurado direito real de habitação, que lhe possibilita ocupar ou alugar o bem.
- (E) somente, devendo Beatriz desocupar o imóvel no momento da abertura da sucessão.
26. Embora jamais lhes tenha faltado com o respeito, Giovana nunca teve bom relacionamento com os pais. Por esta razão, no dia em que atingiu a maioridade, seus pais determinaram que deixasse a residência, e, mesmo em boas condições financeiras, negaram-se a pagar qualquer auxílio à filha, embora Giovana não possuísse bens nem condições de prover, pelo trabalho, à própria manutenção. De acordo com o Código Civil, e considerada a peculiar situação de Giovana, as ações dos pais, neste caso, são
- (A) parcialmente corretas, porque, embora cessado o poder familiar, deveriam ter concedido prazo razoável para a filha deixar a residência, além de prestar alimentos até o seu casamento.
- (B) parcialmente corretas, porque deixou de existir o dever de guarda e companhia, mas não necessariamente o de prestar alimentos.
- (C) inteiramente corretas, porque, com a maioridade, cessou o dever de guarda e companhia, bem como o de prestar alimentos.
- (D) inteiramente incorretas, pois o poder familiar perdura até a conclusão dos estudos dos filhos.
- (E) inteiramente incorretas, pois o dever de guarda e companhia, bem como o de prestar alimentos, decorrem não do poder familiar, mas do princípio constitucional da dignidade.
27. Péricles permaneceu 8 anos sendo cuidado por Juliano, que residia no mesmo imóvel e era remunerado para tal fim. Com o falecimento de Péricles, seus herdeiros, em agradecimento, permitiram, por contrato escrito, que Juliano permanecesse por mais 5 anos no imóvel. Durante este prazo, Juliano utilizou o bem para sua moradia, em caráter ininterrupto e sem oposição. Transcorrido o prazo, recusou-se a deixar o imóvel, alegando usucapião. Trata-se de imóvel urbano menor que 250 m² e Juliano não possui bens imóveis. Juliano está
- (A) incorreto, pois a natureza de sua posse, de 13 anos, não leva à usucapião.
- (B) correto, pois não possui outros bens e permaneceu 5 anos ininterruptos em imóvel menor que 250 m², sem oposição, utilizando-o para sua moradia.
- (C) correto, pois teve posse do imóvel por mais de 10 anos, estabelecendo sua moradia habitual e nele realizando serviços de caráter produtivo.
- (D) incorreto, pois jamais teve posse.
- (E) incorreto, pois a natureza de sua posse, de 5 anos, não leva à usucapião.
28. Carlos obrigou-se a entregar uma bicicleta a Paulo. Antes da tradição, porém, Carlos se acidentou, por dirigir negligentemente, causando danos à bicicleta. Paulo
- (A) nada poderá requerer, tendo em vista que, até a tradição, a coisa perece para o credor.
- (B) poderá aceitar a bicicleta no estado em que se encontra, ou o equivalente em dinheiro, mais indenização por perdas e danos, no primeiro caso, apenas.
- (C) poderá aceitar a bicicleta no estado em que se encontra, ou o equivalente em dinheiro, mais indenização por perdas e danos, em um ou em outro caso.
- (D) poderá aceitar a bicicleta no estado em que se encontra, porém não o equivalente em dinheiro, nem perdas e danos.
- (E) poderá requerer apenas perdas e danos.
29. Gilberto Costa, mais conhecido pelo pseudônimo Jacinto Perez, faleceu deixando apenas sobrinhos. Depois de seu falecimento, passou a ser injustamente difamado em redes sociais. As ofensas mencionavam ora Gilberto Costa ora Jacinto Perez. Os sobrinhos
- (A) poderão requerer que cessem as ofensas ao falecido tio, desde que tenham se dirigido a Gilberto Costa, apenas, mas não reclamar perdas e danos.
- (B) nada poderão fazer, pois apenas os parentes em linha reta e os colaterais até o terceiro grau podem ajuizar ação para resguardar os direitos da personalidade de pessoa falecida.
- (C) nada poderão fazer, tendo em vista que a personalidade cessa com a morte.
- (D) poderão requerer que cessem as ofensas ao falecido tio, não importando se dirigidas a Gilberto Costa ou a Jacinto Perez, além de reclamar perdas e danos.
- (E) poderão requerer que cessem as ofensas ao falecido tio, não importando se dirigidas a Gilberto Costa ou a Jacinto Perez, mas não reclamar perdas e danos.
30. Considere as afirmações abaixo, a respeito do direito intertemporal em matéria civil:
- I. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro veda, textual e literalmente, o efeito retroativo da lei.
- II. Os direitos sob condição suspensiva são considerados adquiridos.
- III. As expectativas de direito equiparam-se a direitos adquiridos quando constantes de contrato escrito.
- IV. A lei nova possui efeito imediato, salvo quando alterar prazos de prescrição.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.



Direito Processual Civil

31. No que se refere aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, é INCORRETO afirmar:
- (A) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.
- (B) O prazo para resposta ao pedido inicial é de dez dias.
- (C) A Fazenda Pública será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.
- (D) O Ministério Público atua em tais procedimentos somente como fiscal da lei, não podendo fazê-lo como parte.
- (E) Os interessados podem produzir as provas destinadas a demonstrar as suas alegações, mas ao juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

32. No tocante à matéria alegada preliminarmente em contestação:

- I. Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.
- II. Com exceção do compromisso arbitral e da inexistência ou nulidade de citação, o juiz conhecerá de ofício da matéria que pode ser arguida preliminarmente em contestação.
- III. Cabe também ao réu o ônus da impugnação especificada dos fatos, o que não se aplica, porém, ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.

Está correto o que se afirma

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

33. No tocante à capacidade processual,

- (A) o réu revel citado por edital tem direito a curador especial, mas não o citado com hora certa, por ter-se ocultado para evitar a citação pessoal.
- (B) se o incapaz menor não está sob poder familiar, porque os pais foram dele destituídos ou faleceram, a ele será nomeado um curador especial.
- (C) os absolutamente incapazes são assistidos, enquanto os relativamente incapazes são representados por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil.
- (D) dentre as pessoas físicas, a aptidão para estar em juízo pessoalmente, sem representação nem assistência, é atribuída somente a quem se acha no exercício dos seus direitos, ou seja, às pessoas capazes.
- (E) quando a incapacidade provier do conflito de interesses entre o incapaz e seu representante legal, será nomeado um tutor desses interesses do incapaz.

34. No tocante à organização e à fiscalização das fundações, considere os enunciados que seguem:

- I. O interessado em sua instituição submeterá o estatuto ao Ministério Público, que verificará se foram observadas as bases da fundação e se os bens são suficientes ao fim a que ela se destina.
- II. Caberá ao Ministério Público aprovar o estatuto da fundação, ou denegar a aprovação, por meio de decisão irrecorrível ao Judiciário, por se tratar de esfera estritamente administrativa.
- III. A extinção da fundação deve ser promovida exclusivamente pelo Ministério Público, se tornar ilícito o seu objetivo, se for impossível sua manutenção ou se vencer o prazo de sua existência.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) I.

35. De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência que se levanta como preliminar, em contestação, é a incompetência

- (A) absoluta, que não se prorroga e concerne à competência funcional e em razão da matéria, sendo inderrogável por convenção das partes.
- (B) absoluta, que como regra não se prorroga e que, uma vez declarada, implica a nulidade de todos os atos processuais praticados, com remessa dos autos ao juiz competente.
- (C) relativa, que pode ser declinada de ofício apenas em caso de nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, e concerne à competência em razão do valor e do território.
- (D) relativa, que não pode ser declinada de ofício pelo juiz e concerne à competência em razão do valor e do território.
- (E) absoluta, que não se prorroga mas é derogável por convenção das partes, respeitando à competência pessoal, hierárquica e em razão da matéria.

36. Em relação às ações possessórias, é correto afirmar que

- (A) a mera ameaça à posse não justifica sua proteção judicial, havendo necessidade de turbação ou esbulho, a legitimar as ações de manutenção e de reintegração na posse, respectivamente.
- (B) são propostas somente por quem foi privado da posse, pois aquele que a possui não terá interesse processual na demanda possessória.
- (C) terá natureza possessória a ação que tiver a posse como fundamento e como pedido; quando o pedido for a posse, mas o fundamento for a propriedade, a ação terá natureza petitoria.
- (D) é essencial, se houver composses, que todos os compossuidores proponham a demanda de defesa da posse, em litisconsórcio necessário.
- (E) a norma processual civil não prevê a fungibilidade dos interditos possessórios, mas apenas destes com as ações reivindicatórias.



37. Em relação ao mandado de segurança é correto afirmar:

- (A) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo são exclusivamente os de interesse coletivo, assim entendidos os de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.
- (B) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
- (C) A sentença fará coisa julgada oponível *erga omnes*, quer se trate da defesa de direitos difusos, quer se trate da defesa de direitos coletivos.
- (D) Como regra, o mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais sobre a mesma matéria.
- (E) A liminar só poderá ser deferida após oitiva prévia da autoridade impetrada, tendo em vista a eficácia *erga omnes* de sua concessão.

38. No tocante ao objeto e ao ônus da prova, bem como a seus princípios gerais, considere os seguintes enunciados:

- I. Se o processo versar sobre direito disponível das partes, e se não for excessivamente difícil a qualquer delas o exercício do direito, poderão as partes convencionar a alteração das regras naturais de distribuição do ônus probatório.
- II. O objeto da prova são os fatos, controvertidos ou não, relevantes para o julgamento do processo.
- III. O princípio dispositivo é mitigado no que se refere à produção de provas, pois caberá ao juiz determinar, mesmo que de ofício, as provas necessárias à formação de seu convencimento.
- IV. É princípio geral em relação à prova de que não é possível em nenhuma circunstância a prova de fato negativo, que se considera como diabólica.

Estão corretos APENAS

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

39. Em relação aos procedimentos cautelares específicos,

- (A) no processo de justificação o contraditório é pleno, porque o juiz analisa o mérito da prova produzida, com efeitos declaratórios e mandamentais, embora não condenatórios.
- (B) a busca e apreensão far-se-á, judicialmente, no tocante a coisas, exclusivamente, e apenas após justificação prévia.
- (C) o juiz, a requerimento da parte ou de ofício, deve decretar o sequestro de bens móveis e semoventes, quando lhes for disputada a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- (D) a execução do arresto ficará suspensa se o devedor, tanto que intimado, pagar ou depositar em juízo a importância da dívida, mais os honorários advocatícios arbitrados judicialmente e as custas; der fiador idôneo, ou prestar caução para garantir a dívida, honorários do advogado do requerente e custas.
- (E) os alimentos provisionais só serão fixados em favor de menor se houver prova pré-constituída de paternidade, por não serem passíveis de restituição.

40. Considere os enunciados seguintes, relativos à tutela antecipada:

- I. Nem sempre a tutela antecipada tem como móvel a urgência, pois pode ser concedida quando houver abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.
- II. O Ministério Público pode requerer as antecipações tutelares, quer atue como parte, quer atue como fiscal da lei no processo civil, pois tem os mesmos poderes e os mesmos ônus que as partes.
- III. Negada a tutela antecipada, por decisão fundamentada, desta não caberá recurso mas o processo terá seguimento regular.
- IV. Quando a citação do réu puder tornar ineficaz a medida antecipatória da tutela, ou quando a urgência indicar a necessidade de sua concessão imediata, poderá o juiz fazê-lo sem oitiva da parte contrária, diferindo o contraditório para momento posterior do procedimento.

Estão corretos

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.



Direito Constitucional

41. A intervenção federal, nos termos da Constituição da República,

- I. funciona como limite circunstancial ao poder de reforma constitucional.
- II. é matéria incluída nas competências tanto do Conselho da República, quanto do Conselho de Defesa Nacional.
- III. será submetida à aprovação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas, quando decretada por ofensa a um dos princípios constitucionais sensíveis.
- IV. enseja a convocação extraordinária do Congresso Nacional, pelo Presidente do Senado Federal, se decretada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

42. A aplicação de recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, em conformidade com a disciplina constitucional da matéria,

- (A) é regra atinente a Estados e Municípios, mas não à União, exceto no que se refere ao piso salarial profissional nacional dos agentes comunitário de saúde e de combate às endemias, para cujo cumprimento compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por expressa determinação constitucional.
- (B) deve observar percentuais previstos em lei complementar, a ser reavaliada a cada 5 anos, calculados, no caso de Estados e Municípios, sobre o produto da arrecadação dos impostos de competência de cada ente, compreendidas as transferências e efetuadas as deduções referidas expressamente na Constituição.
- (C) deve observar o percentual de 18%, no caso da União, e de 25%, no caso de Estados e Municípios, calculados sobre a receita resultante de impostos, compreendida a proveniente das transferências referidas expressamente na Constituição.
- (D) está sujeita à fiscalização, avaliação e controle nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, nos termos estabelecidos em leis complementares das respectivas esferas da federação, a serem reavaliadas a cada 5 anos.
- (E) pode ensejar, na hipótese de descumprimento por parte de Estados ou Municípios, a decretação de intervenção federal nos Estados ou estadual nos Municípios, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional e pela Assembleia Legislativa, respectivamente.

43. A Lei Federal nº 11.250, de 2.005, prevê que a União poderá celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios que assim optarem, visando a delegar as atribuições de fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Referida previsão legislativa é

- (A) compatível com a Constituição da República, apenas no que se refere à delegação da atribuição de fiscalização, mas não da de cobrança.
- (B) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de imposto de competência estadual.
- (C) compatível com a Constituição da República, apenas no que se refere aos Municípios, mas não ao Distrito Federal.
- (D) compatível com a Constituição da República, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (E) incompatível com a Constituição da República, que exige lei complementar para a delegação de atribuições em questão.

44. Um jovem interessado em ingressar na política, em consulta a profissionais especializados em assessoria para a área, obteve a seguinte orientação: a) as opções, no momento, seriam restritas a candidaturas aos cargos de Deputado Federal ou Deputado Estadual; b) dentro de seis anos, o leque poderia ampliar-se, para abranger ainda cargos eletivos na esfera municipal, se mantido seu domicílio eleitoral, mas não para o Executivo estadual; c) ainda que eleito, não poderá vir a chefiar quaisquer das Casas do Congresso Nacional.

Considerada a disciplina constitucional da matéria, seria compatível com esse cenário afirmar que o jovem em questão, atualmente, seja

- (A) brasileiro nato; tenha, no mínimo, 21 e, no máximo, 23 anos; possua domicílio eleitoral no Distrito Federal e parentesco consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, com o chefe do Poder Executivo do Município de seu domicílio eleitoral, estando o titular do cargo em exercício de segundo mandato consecutivo.
- (B) brasileiro naturalizado; tenha, no mínimo, 18 e, no máximo, 21 anos; não possua domicílio eleitoral no Distrito Federal; possua parentesco consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, com o chefe do Poder Executivo do Município em que possua domicílio eleitoral, estando o titular do cargo em exercício de segundo mandato consecutivo.
- (C) brasileiro naturalizado; tenha, no mínimo, 21 e, no máximo, 23 anos; não possua domicílio eleitoral no Distrito Federal; possua parentesco consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, com o chefe do Poder Executivo do Município em que possua domicílio eleitoral, estando o titular do cargo em exercício de segundo mandato consecutivo.
- (D) brasileiro nato; tenha, no mínimo, 18 e, no máximo, 24 anos; não possua domicílio eleitoral no Distrito Federal; possua parentesco consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, com o chefe do Poder Executivo do Município em que possua domicílio eleitoral, estando o titular do cargo em exercício de segundo mandato consecutivo.
- (E) brasileiro naturalizado; tenha, no mínimo, 21 e, no máximo, 23 anos; não possua domicílio eleitoral no Distrito Federal; possua parentesco consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, com o chefe do Poder Executivo do Estado em que situado seu domicílio eleitoral, estando o titular do cargo em exercício de primeiro mandato.



<p>45. Em conformidade com o regime constitucional da propriedade urbana e rural,</p> <p>I. a regra, nas hipóteses de desapropriação, é a da indenização prévia e justa, em dinheiro, ressalvados os casos previstos expressamente na Constituição.</p> <p>II. dentre as hipóteses excepcionais, estão as de desapropriações voltadas a assegurar o cumprimento da função social da propriedade, em que a indenização dá-se mediante pagamento em títulos da dívida pública ou agrária, com diferentes prazos de resgate e utilização previstos na própria Constituição, conforme se trate de imóvel urbano ou rural.</p> <p>III. a expropriação, sem qualquer espécie de indenização ao proprietário, somente se dá nas hipóteses de utilização da propriedade para culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo, estabelecendo, ainda, a Constituição que todo e qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo, será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II. (B) I e III. (C) I e II. (D) II e III. (E) I.</p>	<p>48. A Constituição da República prevê que se dê por votação secreta a</p> <p>(A) deliberação, pela Casa legislativa respectiva, sobre a prisão de parlamentar em flagrante de crime inafiançável.</p> <p>(B) apreciação, em sessão conjunta do Congresso Nacional, do veto total ou parcial do Presidente da República a projeto de lei.</p> <p>(C) decisão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal sobre a perda de mandato de parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.</p> <p>(D) eleição de três juizes, dentre os membros do Superior Tribunal de Justiça, para composição do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) aprovação, pelo Senado Federal, da exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.</p>
<p>46. Será incompatível com as diretrizes constitucionais referentes às finanças públicas</p> <p>(A) o pagamento a fornecedores de bens e prestadores de serviços a Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de depósito em instituição financeira privada.</p> <p>(B) o estabelecimento, por lei federal, das hipóteses em que, como exceção à regra, as disponibilidades de caixa de Estados, Distrito Federal e Municípios não sejam depositadas em instituições financeiras oficiais.</p> <p>(C) o depósito, pela União, de suas disponibilidades de caixa no banco central.</p> <p>(D) o crédito da folha de pagamento de servidores públicos estaduais ou municipais em banco privado.</p> <p>(E) a autorização, por lei estadual, para que as disponibilidades de caixa do poder público estadual sejam depositadas em entidades privadas integrantes do Sistema Financeiro Nacional.</p>	<p>49. <i>Habeas corpus</i> impetrado em favor de membro de Tribunal Regional do Trabalho que figure como réu em ação penal será de competência originária do</p> <p>(A) Juiz Federal. (B) Supremo Tribunal Federal. (C) Superior Tribunal de Justiça. (D) Tribunal Regional do Trabalho. (E) Tribunal Regional Federal.</p>
<p>47. Possui respaldo na disciplina constitucional da matéria o ajuizamento de ação civil pública, pelo Ministério Público, para</p> <p>I. questionamento quanto à exigibilidade de tributo, sob o fundamento de inconstitucionalidade em sua instituição e cobrança.</p> <p>II. ressarcimento ao erário público municipal de verbas despendidas irregularmente na aquisição de bens imóveis pelo Prefeito.</p> <p>III. anulação de cláusulas consideradas abusivas em contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.</p> <p>IV. questionamento dos valores de mensalidades escolares, sob o fundamento de sua abusividade e ilegitimidade.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV. (B) I e IV. (C) I e III. (D) II e III. (E) II, III e IV.</p>	<p>50. Ao disciplinar as formas de financiamento e aplicação de recursos públicos na educação, a Constituição da República</p> <p>(A) determina que, no cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados pelos entes da federação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios seja considerada receita do governo que a transferir.</p> <p>(B) autoriza a destinação de recursos públicos a escolas não integrantes da rede pública apenas quando se tratar de escolas filantrópicas, definidas em lei, que apliquem seus excedentes financeiros em educação e assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola da mesma natureza, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.</p> <p>(C) determina que a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, assim considerado apenas o ensino fundamental, a ser oferecido gratuitamente inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.</p> <p>(D) estabelece que a contribuição social do salário-educação funcionará como fonte adicional de financiamento da educação básica pública, devendo as cotas estaduais e municipais de sua arrecadação ser distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.</p> <p>(E) prevê que o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, será financiado com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.</p>



Direito da Infância e da Juventude

51. A Audiência de apresentação no procedimento da apuração de ato infracional atribuído a adolescente é ato
- (A) administrativo ou jurisdicional, conforme ocorra na presença da autoridade policial ou do Juiz da Infância e da Juventude, ocasião em que o adolescente será prontamente liberado aos pais ou responsáveis, mediante termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público.
- (B) administrativo, não jurisdicional, presidido pelo Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, ocasião em que o adolescente deve ser ouvido informalmente pelo Ministério Público.
- (C) jurisdicional, privativo do juiz da infância e da juventude, inicial do processo socioeducativo, ocasião em que o adolescente deve ser interrogado acerca dos fatos.
- (D) jurisdicional, privativo do juiz da infância e da juventude, onde serão ouvidas as testemunhas arroladas na representação e na defesa prévia, o adolescente será interrogado acerca dos fatos, o Ministério Público e a Defesa oferecerão suas alegações finais e a sentença será proferida.
- (E) administrativo, não jurisdicional, presidido pelo Delegado de Polícia, ocasião em que o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado ao Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.

52. Na colocação de criança indígena em família substituta será obrigatória
- (A) a concordância do Ministério Público.
- (B) a concordância da liderança indígena.
- (C) a intervenção do Ministério Público Federal.
- (D) que ocorra junto a membros da mesma etnia.
- (E) a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista.

53. As entidades públicas e privadas de atendimento, responsáveis pelo planejamento e execução de seus programas de proteção e socioeducativos, são diretamente fiscalizadas
- (A) pelo Judiciário e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- (B) pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- (C) somente pelo Ministério Público.
- (D) pela comunidade, pelas organizações sociais e pelos Conselhos Tutelares.
- (E) pelo Ministério Público mediante provocação dos Conselhos Tutelares.

54. As medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente têm natureza
- (A) indisponível e visam evitar a permanência da criança e do adolescente em programas de acolhimento.
- (B) preventiva e visam à municipalização do atendimento à infância e à adolescência.
- (C) retributiva e visam à reintegração social da criança e do adolescente em situação de risco.
- (D) pedagógica e visam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- (E) compulsória e visam o respeito à peculiar condição da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

55. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, considere as afirmações abaixo.

- I. A aplicação de medidas socioeducativas ao adolescente, pela prática de ato infracional, é da competência exclusiva do juiz.
- II. A prescrição penal não é aplicável nas medidas socioeducativas.
- III. A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.
- IV. O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

56. Das decisões interlocutórias no curso da execução de medidas socioeducativas caberá

- (A) Agravo de instrumento, nos termos da legislação processual civil.
- (B) Recurso especial e extraordinário, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- (C) Agravo em execução, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D) Embargos à execução, nos termos da legislação processual civil.
- (E) Apelação, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito Comercial e Empresarial

57. Sobre a administração da sociedade limitada, é correto afirmar:

- (A) A renúncia do administrador só se torna eficaz em relação à sociedade com a averbação do ato no registro competente, ainda que ela já tenha tomado conhecimento da comunicação escrita do renunciante.
- (B) Aplicam-se aos administradores, no que couber, as normas que disciplinam o mandato.
- (C) A administração é sempre dual, exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgãos obrigatórios da sociedade limitada.
- (D) É vedada a designação de administrador por ato separado do contrato social, como forma de garantir a publicidade.
- (E) A administração atribuída pelo contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente ingressarem na sociedade.



<p>58. Sobre a sociedade em comum, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os sócios, nas relações com terceiros, somente poderão provar a existência da sociedade por escrito, mas nas relações entre si poderão prová-la de qualquer modo.</p> <p>(B) Possui personalidade jurídica própria e distinta da dos seus sócios.</p> <p>(C) Os bens sociais respondem apenas pelos atos de gestão praticados pelos sócios encarregados da administração, ainda que inexistente pacto expresse limitativo dos poderes dos sócios.</p> <p>(D) Os bens e dívidas da sociedade constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.</p> <p>(E) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, garantido o benefício de ordem àquele que contratou pela sociedade.</p>	Direito Agrário
<p>59. Paulo, aposentado do cargo de promotor de justiça, decidiu comprar um imóvel rural, a fim de se dedicar, de forma organizada, profissional, habitual e exclusiva, ao cultivo e à venda das verduras orgânicas, visando ao lucro. Nesse caso,</p> <p>(A) a inscrição de Paulo no Registro Público de Empresas, na condição de empresário individual, com responsabilidade ilimitada, atribui à empresa personalidade jurídica própria e distinta da do seu titular.</p> <p>(B) na qualidade de empresário rural, é obrigatória a inscrição de Paulo no Registro Público de Empresas antes do início de sua atividade.</p> <p>(C) Paulo não poderá exercer atividade empresária em nome próprio, pois o impedimento imposto aos promotores de justiça para o exercício do comércio persiste mesmo depois da aposentadoria.</p> <p>(D) Paulo não poderá ser qualificado como empresário, já que a atividade rural, por definição legal, não pode ter caráter empresarial.</p> <p>(E) depois de inscrito no Registro Público de Empresas, Paulo estará sujeito à falência, mesmo na qualidade de empresário rural.</p>	<p>61. O Estado Beta, após autorização legislativa, lançou edital de concorrência para alienação de terras devolutas necessárias à proteção de um relevante ecossistema natural. A alienação pretendida é</p> <p>(A) nula, diante da indisponibilidade das terras devolutas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>(B) válida, diante do caráter dominial das terras devolutas.</p> <p>(C) nula, uma vez que as terras devolutas não foram destinadas ao processo de legitimação de posse.</p> <p>(D) válida, pois observados os requisitos para alienação de bens imóveis: prévia autorização legislativa e licitação na modalidade de concorrência.</p> <p>(E) válida, pois a destinação de terras devolutas é ato discricionário da Administração pública.</p>
<p>60. Considere as proposições abaixo sobre falência.</p> <p>I. É possível a continuação provisória das atividades do falido com o administrador judicial.</p> <p>II. Se o devedor for microempresa ou empresa de pequeno porte, a decretação da falência dispensa a nomeação de administrador judicial.</p> <p>III. A intervenção do Ministério Público no processo de falência só será admitida se entre os credores houver incapazes ou pessoas hipossuficientes, tais como os titulares de créditos derivados da legislação do trabalho.</p> <p>IV. A decretação da falência torna obrigatória a convocação da assembleia-geral de credores para deliberar sobre a forma de alienação judicial dos ativos do devedor.</p> <p>V. O termo legal da falência poderá ser fixado em data anterior à do pedido de falência ou de recuperação judicial.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e V.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I e V.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>62. O Registro Paroquial foi obrigatório para</p> <p>(A) todos os proprietários e possuidores de terras, exceto para os índios e para os menores.</p> <p>(B) todos os proprietários e possuidores de terras.</p> <p>(C) os proprietários de terras, apenas.</p> <p>(D) os possuidores de terras, apenas.</p> <p>(E) todos os proprietários e possuidores de terras, exceto para os índios.</p> <p>63. A função social da propriedade rural</p> <p>(A) é cumprida quando a propriedade rural atende ao aproveitamento racional e adequado ou quando é explorada de forma a favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.</p> <p>(B) surgiu na Constituição Federal de 1988.</p> <p>(C) não está contemplada pelo ordenamento jurídico brasileiro.</p> <p>(D) já estava presente no Estatuto da Terra de 1964.</p> <p>(E) favorece apenas o bem-estar de seus proprietários e trabalhadores.</p>
<p>64. A política agrícola</p> <p>(A) será desenvolvida integralmente fundada no cooperativismo.</p> <p>(B) será planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.</p> <p>(C) será planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo apenas produtores e trabalhadores rurais.</p> <p>(D) não abrange as atividades florestais.</p> <p>(E) não abrange as atividades pesqueiras.</p>	
<p>65. A União editou Decreto de Desapropriação da Fazenda Santa Rita, localizada no Estado do Pará, declarando interesse social para fins de reforma agrária. Após este ato, ingressou administrativamente no imóvel, com auxílio de força policial, para promover sua vistoria e avaliação. A conduta da Administração pública foi</p> <p>(A) ilegal pelo uso da força policial, que não é admitido nos conflitos de reforma agrária.</p> <p>(B) legal, uma vez que a edição do Decreto, neste caso, autoriza a Administração pública a ingressar no imóvel, com auxílio de força policial, sem necessidade de autorização judicial.</p> <p>(C) legal, uma vez que a Administração pública pode, em qualquer situação, ingressar na propriedade privada, com auxílio de força policial, valendo-se de seu Poder de Polícia.</p> <p>(D) ilegal, diante da necessidade de haver uma autorização formal do Conselho Federal da Reforma Agrária.</p> <p>(E) ilegal, diante da necessidade de haver, neste caso, prévia autorização judicial.</p>	



<p>66. É objetivo da política fundiária do Estado do Pará:</p> <p>(A) estimular a cooperação entre as diversas regiões do Estado, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade fundiariamente equilibrada.</p> <p>(B) fortalecer a consciência crítica sobre a problemática fundiária e social.</p> <p>(C) garantir a democratização das informações fundiárias.</p> <p>(D) fomentar a integração com a ciência e tecnologia.</p> <p>(E) promover o acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência na microrregião que habita.</p>	<p>70. A intervenção do Ministério Público é obrigatória na hipótese de internação de pessoa portadora de transtornos mentais,</p> <p>(A) sempre que o juiz remeter os autos ao Promotor de Justiça.</p> <p>(B) quando for determinada por médico não psiquiatra.</p> <p>(C) quando for involuntária ou compulsória.</p> <p>(D) se for voluntária.</p> <p>(E) somente no caso do paciente ser criança ou adolescente.</p>
<p>67. Segundo a Constituição Federal, o arrendamento de propriedade rural por pessoa física estrangeira</p> <p>(A) dependerá de autorização do Senado nos imóveis com área superior a 60 módulos rurais.</p> <p>(B) é limitado a propriedades com até 60 módulos rurais.</p> <p>(C) será regulado e limitado por lei, que também estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.</p> <p>(D) não sofre qualquer tipo de limitação, sendo esta imposta apenas para os casos de aquisição.</p> <p>(E) dependerá de autorização da Câmara dos Deputados.</p>	<p>71. As ações ofertadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social têm por objetivo</p> <p>(A) proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.</p> <p>(B) a proteção social extraordinária e não retributiva.</p> <p>(C) a concessão e a manutenção do benefício da prestação continuada às famílias necessitadas.</p> <p>(D) o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários da política de assistência social.</p> <p>(E) a manutenção dos conselhos de assistência social e das entidades e organizações de assistência social.</p>
<p>68. De acordo com Constituição Federal, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios</p> <p>(A) geram a anulabilidade dos títulos de domínio e direito a indenização pela perda da propriedade.</p> <p>(B) são bens dos Estados.</p> <p>(C) destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.</p> <p>(D) somente podem ter o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, com autorização da Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) são inalienáveis e indisponíveis, mas os direitos sobre elas são prescritíveis.</p>	<p>72. Nos termos da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678/92, são competentes para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes na Convenção:</p> <p>(A) O Ministério Público perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Internacional de Justiça.</p> <p>(B) A Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional.</p> <p>(C) O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.</p> <p>(D) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.</p> <p>(E) Os órgãos do Poder Judiciário brasileiro.</p>
<p style="text-align: center;">Direitos Humanos</p> <p>69. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 198, inciso III, estabelece que o Sistema Único de Saúde deve contar com a participação da comunidade. Essa participação ocorre</p> <p>(A) através dos gestores locais e agentes comunitários de saúde.</p> <p>(B) pelas entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.</p> <p>(C) através das Conferências e Conselhos de Saúde.</p> <p>(D) por intermédio do Disque Direitos Humanos.</p> <p>(E) pela provocação do Ministério Público.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>73. No tocante à revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que</p> <p>(A) os atos gerais e abstratos, como os regulamentos, são revogáveis a qualquer tempo, enquanto vigentes.</p> <p>(B) o esgotamento dos efeitos de um ato não impede a sua revogação, desde que o ato revocatório seja motivado pelo interesse público.</p> <p>(C) os atos vinculados estão sujeitos à revogação por motivos de conveniência e oportunidade.</p> <p>(D) os atos que geram direitos adquiridos estão sujeitos à revogação, em razão da supremacia do interesse público.</p> <p>(E) a revogação gera efeitos <i>ex nunc</i>, exceto quando motivada por vício do ato revogado, caso em que os seus efeitos devem retroagir ao momento da prática do ato.</p>



74. No tocante aos contratos administrativos, dispõe a Lei Federal nº 8.666/93:
- (A) É dispensável a formalização do ajuste por instrumento de contrato, em contratações cujo valor não exceda o limite máximo para realização da modalidade convite, podendo ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
 - (B) A revisão dos contratos administrativos deve ser realizada periodicamente, na data-base e pelos índices previamente estabelecidos no instrumento convocatório e no contrato administrativo.
 - (C) A alteração unilateral do contrato administrativo constitui o chamado "fato da administração" que justifica o reequilíbrio da equação econômica financeira do contrato.
 - (D) Os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada tal prorrogação a quarenta e oito meses.
 - (E) É facultado à Administração, quando o licitante convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, com base nas condições de suas respectivas propostas.
75. Quincas Borba é servidor extranumerário de autarquia estadual, tendo ingressado nos quadros da autarquia em janeiro de 1983, sem submeter-se a concurso público. A referida autarquia, em 2013, promoveu concurso interno para os extranumerários, por meio do qual Quincas Borba foi nomeado para cargo efetivo.
- Diante disso, o referido servidor
- (A) não é dotado de estabilidade, pois a estabilidade extraordinária não beneficia servidores de autarquia; tampouco é titular de cargo efetivo, visto que não ingressou pela via do concurso público de provas ou de provas e títulos para o cargo em questão.
 - (B) não é dotado de estabilidade e tampouco de efetividade, visto que não ingressou pela via do concurso público de provas ou de provas e títulos para o cargo efetivo em questão.
 - (C) é dotado de estabilidade e de efetividade, haja vista que a situação acima referida é objeto de proteção por disposição transitória constante do Texto Constitucional promulgado em 1988.
 - (D) é dotado de estabilidade na função em que ingressou na autarquia, por força de disposição transitória constitucional; porém, não pode ser considerado titular de cargo efetivo, pois é inválido o provimento de cargo dessa natureza por concurso interno.
 - (E) foi regularmente provido em cargo efetivo, porém, não faz jus à estabilidade, haja vista que apenas ingressou no referido cargo em 2013, não tendo ainda completado o estágio probatório.
76. O Estado do Pará pretende se utilizar da área total de um terreno pertencente a empresa pública federal, com a finalidade de nele instalar um estabelecimento escolar. Nesse caso,
- (A) em face do relevante interesse público envolvido, justifica-se a medida de apossamento administrativo, devendo a empresa pública ingressar com ação de desapropriação indireta, para obter a correspondente indenização.
 - (B) a desapropriação do referido bem é juridicamente impossível, considerando que se trata de bem público pertencente a entidade situada em nível superior na hierarquia federativa.
 - (C) é possível a realização de contrato de compra e venda entre as partes envolvidas, após prévia avaliação do imóvel, sendo dispensada a licitação.
 - (D) deve haver a constituição de servidão sobre o referido imóvel, que continuará sob titularidade da empresa pública federal, de maneira a compatibilizar os interesses em conflito.
 - (E) pode-se celebrar parceria público-privada entre o Estado e a empresa pública federal, com dispensa de licitação, para viabilizar o serviço público em questão.
77. No tocante ao regime de delegação de serviços públicos, disciplinado pela Lei Federal nº 8.987/95, é correto afirmar:
- (A) A sentença de procedência proferida em ação promovida pela concessionária, para rescisão do contrato de concessão em face do descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, produz efeitos imediatos, desobrigando o particular à prestação do serviço, que deve ser assumido pelo poder concedente.
 - (B) No caso de haver inadimplência da concessionária, não será instaurado processo administrativo antes de lhe serem comunicados, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, concedendo-lhe prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.
 - (C) É dispensável a licitação para outorga de permissão de serviço público a particular, desde que a exploração de tal serviço se dê por prazo inferior a 12 (doze) meses e para atender a relevante interesse público.
 - (D) Somente os serviços *uti singuli* são passíveis de exploração por particulares, visto que as concessões e permissões de serviço público sempre dependem da cobrança de tarifa para a remuneração do concessionário ou permissionário.
 - (E) A reversão consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.



78. No tocante às chamadas organizações sociais, a legislação federal aplicável a tais entidades
- (A) obriga a publicação anual, em jornal de circulação diária no Estado ou nos municípios em que se der a atuação da entidade, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
 - (B) veda a remuneração dos membros da diretoria da entidade.
 - (C) prevê responsabilidade individual e solidária dos dirigentes pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão, em caso de desqualificação da entidade pelo descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.
 - (D) estabelece como hipótese de inexigibilidade de licitação a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
 - (E) permite que apenas associações civis sejam qualificadas como organizações sociais.
79. A Lei Federal nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. Tal lei estatui que
- (A) dentre as penas cominadas no âmbito administrativo, está a de multa, limitada ao valor máximo de 90 (noventa) dias de remuneração.
 - (B) o processo administrativo de apuração de abuso de autoridade não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.
 - (C) o direito de representação, no tocante à apuração da responsabilidade administrativa, será exercido por meio de petição à Chefia do Poder ao qual está subordinada a autoridade administrativa representada.
 - (D) constitui abuso de autoridade impedir o gozo, pelo cidadão, de serviços públicos essenciais.
 - (E) as sanções nela previstas não são aplicáveis aos militares, que possuem regime de responsabilidade estabelecido em legislação especial.
80. A doutrina e a jurisprudência nacional reconhecem a existência de dois tipos de fundação governamental: as de direito público e as de direito privado. NÃO faz parte dos traços comuns dessas duas espécies
- (A) a inexigibilidade de inscrição de seus atos constitutivos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
 - (B) a imunidade tributária no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (C) a vedação de acumulação de cargos e empregos públicos.
 - (D) a submissão às normas gerais de licitação estabelecidas por lei federal.
 - (E) o controle pelos Tribunais de Contas.
81. No tocante à improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 determina que
- (A) as pessoas jurídicas estão sujeitas às penalidades patrimoniais e restritivas de direito ali estipuladas.
 - (B) a decisão condenatória proferida por órgão judicial colegiado produz efeitos imediatos no tocante à suspensão dos direitos políticos do réu condenado.
 - (C) somente a autoridade jurisdicional é competente para determinar o afastamento provisório do agente público acusado, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
 - (D) é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações baseadas na referida lei.
 - (E) a ação de improbidade, em relação ao servidor titular de cargo efetivo, prescreve no prazo de cinco anos, contados do conhecimento do ato ilícito.
82. Acerca das atividades administrativas, é correto afirmar que
- (A) para o fomento de atividade particular de interesse público, o procedimento adequado e indispensável é a licitação, a ser realizada na modalidade concorrência.
 - (B) ao revés da atividade de polícia administrativa, a prestação de serviços públicos em sentido estrito não admite atuação coativa pela administração pública.
 - (C) por seu caráter indivisível, o exercício do poder de polícia pela administração somente pode ser custeado por meio de impostos.
 - (D) em face da intangibilidade do direito de propriedade, a demolição de obra particular irregular pela administração pública está sujeita à reserva de jurisdição, sendo a execução de tal medida dependente de autorização judicial.
 - (E) na prestação de serviços públicos em regime de concessão ou permissão, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- Direito Tributário**
83. Sobre a Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir, é correto afirmar que:
- (A) Institui imunidades tributárias relativas ao ICMS dos Estados e Distrito Federal, dentre elas as operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial e operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
 - (B) Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.
 - (C) É a lei instituidora do ICMS dos Estados e Distrito Federal, bem assim das hipóteses de imunidade, isenção e não incidência.
 - (D) É a lei instituidora do IMCS dos Estados e Distrito Federal e a lei instituidora do ISS dos Municípios, fixando as hipóteses de incidência e não incidência.
 - (E) Dispõe sobre o ICMS dos Estados e Distrito Federal, mais precisamente de sua instituição, base de cálculo e contribuintes, além das imunidades e hipóteses de não incidência.



<p>84. Sobre a substituição tributária, é correto afirmar:</p> <p>(A) Por estar autorizada expressamente pela Constituição Federal, pode ser aplicada de ofício pelo Fisco a terceira pessoa estranha a fato gerador que deva ocorrer posteriormente, para que seja considerado o sujeito passivo da obrigação tributária.</p> <p>(B) Deve ser prevista em lei e importa em fixar obrigação tributária principal a terceira pessoa, estranha ao fato gerador, mas que é considerada sujeito passivo da obrigação, na qualidade de responsável tributário.</p> <p>(C) Pode ser fixada por lei ou ato do Poder Executivo e alcança a obrigação acessória de pagar o crédito tributário caso o contribuinte, aquele que efetivamente pratica o fato gerador, não cumpra com sua obrigação.</p> <p>(D) Deve ser fixada por ato do Poder Executivo e importa em transferir a obrigação tributária principal ao diretor, gerente ou representante legal de pessoa jurídica, por fato gerador praticado por esta, em caso de insolvência.</p> <p>(E) Deve ser fixada pelo juiz quando determina a despersonalização da personalidade jurídica, transferindo para os sócios da pessoa jurídica a responsabilidade tributária pelos tributos, tendo em vista a prática de atos em infração de lei, contrato ou estatuto.</p>	<p>86. Se o sujeito passivo da obrigação tributária, de forma voluntária e consciente, fizer pagamento indevido de crédito tributário composto pelo valor do tributo, juros, correção monetária e multa moratória,</p> <p>(A) terá direito à restituição de todos os valores que foram pagos indevidamente, inclusive juros de mora, correção monetária e multa moratória.</p> <p>(B) somente poderá pleitear a compensação com outro crédito tributário devido ao mesmo sujeito passivo, desde que comprove que não transferiu o referido encargo a terceiro.</p> <p>(C) não terá direito à restituição porque pagou indevidamente de forma voluntária e consciente, o que é considerado mera liberalidade.</p> <p>(D) terá direito à restituição apenas dos valores decorrentes de obrigação acessória, ou seja, juros, correção monetária e multa de mora.</p> <p>(E) terá direito à restituição apenas da multa moratória, já que não houve infração à legislação tributária.</p>
<p>85. Dispõe o art. 98, do Código Tributário Nacional que <i>os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha</i>. A partir do dispositivo legal é possível afirmar que os tratados e as convenções internacionais</p> <p>(A) são normas de nível constitucional, vinculando o poder constituinte derivado quando se tratar de matéria tributária, por expressa disposição no Código Tributário Nacional, desde que suas normas não contrariem normas do poder constituinte originário.</p> <p>(B) sobrepõem-se a toda legislação interna, inclusive sobre os dispositivos constitucionais acerca de matéria tributária.</p> <p>(C) não se sobrepõem às normas constitucionais vigentes ao tempo de sua ratificação, mas o poder constituinte derivado que vier a ser exercido após a ratificação do tratado deve obediência aos seus ditames.</p> <p>(D) são normas supralegais, mas encontram limite nas normas constitucionais, não podendo dispor de forma contrária àquilo que está disciplinado na Constituição acerca de matéria tributária.</p> <p>(E) são normas supraconstitucionais e podem, desde que a ratificação pelo Congresso se dê em dois turnos de votação, por maioria qualificada de 2/3, modificar as disposições constitucionais acerca da matéria tributária.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Eleitoral</p> <p>87. Situada no capítulo da Constituição Federal dedicado aos direitos políticos, a anterioridade da lei eleitoral desempenha função normativa de caráter estruturante da ordem jurídica eleitoral. Tem por finalidade assegurar estabilidade e segurança ao processo eleitoral, inibindo modificações legislativas casuísticas que, ante a proximidade do pleito, alterem os seus parâmetros de forma a promover desequilíbrio entre partidos e candidatos. Nesse sentido, o princípio constitucional da anterioridade da lei eleitoral</p> <p>(A) não obsta a aplicação às subsequentes eleições gerais (para Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual) de Emenda Constitucional que, em vigor apenas há oito meses da realização do pleito, imponha aos partidos políticos dever de coerência na definição dos critérios que orientam suas coligações eleitorais, de forma que prevaleça a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual e distrital.</p> <p>(B) impede a aplicação à eleição subsequente de lei que, em vigor apenas há oito meses da realização do pleito, estabeleça a responsabilidade solidária do candidato com o administrador da campanha pela veracidade das informações financeiras e contábeis apresentadas à Justiça Eleitoral, exigindo que ambos subscrevam a respectiva prestação de contas.</p> <p>(C) impede a aplicação à eleição subsequente de lei que, em vigor apenas há onze meses da realização do pleito, limite, durante a campanha eleitoral, ao horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas a realização de comícios e a utilização de aparelhagem de sonorização fixa.</p> <p>(D) não obsta a aplicação à eleição subsequente de lei que, em vigor apenas há oito meses da realização do pleito, determine a proibição a partidos e candidatos de receber doação em dinheiro ou estimável em dinheiro procedente de entidades beneficentes e religiosas, bem como de organizações não-governamentais que recebam recursos públicos.</p> <p>(E) impede a aplicação à eleição subsequente de lei que, em vigor apenas há oito meses da realização do pleito, determine a proibição de doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas.</p>



<p>88. Em relação ao regime e aos efeitos da diplomação, considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. O candidato eleito para mandato de Vereador que exerça regularmente a função de notário ou oficial de registro fica, a partir de sua diplomação pela Justiça Eleitoral, afastado de suas atividades.</p> <p>II. O candidato eleito para mandato de Deputado Estadual que exerça regularmente a função de notário ou oficial de registro fica, a partir de sua diplomação pela Justiça Eleitoral, afastado de suas atividades.</p> <p>III. O candidato eleito para mandato de Deputado Estadual que ocupe cargo de oficial militar passa automaticamente, a partir de sua diplomação pela Justiça Eleitoral, para a inatividade, caso conte com mais de dez anos de serviço.</p> <p>IV. O candidato eleito para mandato de Vereador, a partir de sua diplomação pela Justiça Eleitoral, fica proibido de exercer função ou emprego remunerado em empresa concessionária de serviço público.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) II, III e IV, apenas.</p> <p>(C) I, II e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II e III, apenas.</p> <p>(E) I, III e IV, apenas.</p>	<p>90. Sobre o processo de votação e de totalização dos votos mediante o uso de sistema eletrônico, considere as seguintes afirmativas:</p> <p>I. Considera-se nulo o voto que venha a ser o único registrado na urna eletrônica, em virtude do comparecimento de apenas um eleitor à seção eleitoral, pois prevalece, no caso, a garantia constitucional do voto secreto.</p> <p>II. A falha na urna eletrônica, que impede a continuidade da votação antes que o segundo eleitor conclua seu voto, autoriza considerar insubsistente o voto já emitido pelo primeiro eleitor.</p> <p>III. Caso ocorra, após as dezessete horas do dia do pleito, defeito na urna eletrônica que impeça a continuidade da votação e falte apenas o voto de um eleitor presente na seção, a votação será encerrada sem o voto desse eleitor, entregando-se-lhe o comprovante de votação, com o registro dessa ocorrência na ata.</p> <p>IV. Não havendo êxito nos procedimentos de contingência adotados em razão de falha na urna eletrônica, a votação terá continuidade mediante o uso de cédulas, sendo cabível, a qualquer tempo, a retomada do sistema eletrônico caso nova urna devidamente lacrada seja providenciada pela Justiça Eleitoral.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>89. A disciplina normativa que rege o financiamento dos partidos políticos</p> <p>(A) determina a suspensão, por um ano, da participação no Fundo Partidário, no caso de recebimento por partido político, sob qualquer forma ou pretexto, de contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro procedente de entidade de classe ou sindical.</p> <p>(B) determina que, em caso de cancelamento ou caducidade do órgão de direção nacional do partido, a cota do Fundo Partidário a ele cabível será destinada aos órgãos de direção estadual, devendo ser distribuída entre eles em partes iguais.</p> <p>(C) não impede que as cotas do Fundo Partidário devidas a agremiação partidária sejam, em caso de execução civil ou trabalhista, penhoradas judicialmente mediante bloqueio dos valores correspondentes pelo Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(D) veda que as agremiações partidárias recebam doações de empresas que, na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIEE), tenham obtido autorização do Poder Público para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco.</p> <p>(E) determina que os depósitos e movimentações dos recursos oriundos do Fundo Partidário serão feitos na instituição financeira escolhida pelo órgão diretivo do partido, sendo que, na ausência de indicação partidária, devem ser utilizados estabelecimentos bancários controlados pelo Poder Público Federal.</p>	<p>Legislação de Interesse Institucional do Ministério Público</p> <p>91. A propósito da escolha, nomeação e posse do Procurador-Geral de Justiça é correto afirmar que é</p> <p>(A) nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante lista tríplice elaborada por eleição através de voto secreto dos integrantes da carreira dentre todos os seus membros vitalícios.</p> <p>(B) escolhido pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os Procuradores de Justiça com mais de trinta e cinco anos de idade, para mandato de dois anos.</p> <p>(C) inelegível ao cargo o membro do Ministério Público ocupante de cargo de representação classista ou de cargo eletivo nos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.</p> <p>(D) nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista tríplice dos mais votados dentre integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça, com mais de trinta e cinco anos de idade, previamente inscritos à eleição.</p> <p>(E) eleito através de votação plurinominal de todos os membros da carreira, sendo o mais votado nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.</p> <p>92. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria, cabendo-lhe</p> <p>(A) prover os cargos da carreira nos casos de remoção, promoção e progressão funcional.</p> <p>(B) encaminhar ao Poder Executivo suas folhas de pagamento para a expedição dos competentes demonstrativos.</p> <p>(C) criar e extinguir seus cargos de carreira bem como de seus serviços auxiliares.</p> <p>(D) fixar o reajuste do subsídio de seus membros e da remuneração de seus servidores.</p> <p>(E) propor ao Poder Executivo o provimento dos cargos iniciais da carreira.</p>



93. Os conflitos de atribuições entre membros do
- (A) Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado do Pará pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Ministério Público do Estado do Pará serão decididos pelo Conselho Superior do Ministério Público.
 - (C) Ministério Público Federal no Estado do Pará serão decididos diretamente pelo Procurador-Geral da República.
 - (D) Ministério Público do Estado do Pará e do Amapá serão decididos pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (E) Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público do Estado do Pará pelo Superior Tribunal de Justiça.

94. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça, ou ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, quando existente,
- (A) elaborar proposta de orçamento de custeio e investimento, bem como de programação financeira.
 - (B) aprovar a constituição de Grupos de Atuação Especial (GAE), compostos por membros do Ministério Público.
 - (C) destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público e os Subcorregedores-Gerais, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão dos seus deveres legais.
 - (D) julgar o processo administrativo disciplinar instaurado contra membro do Ministério Público e aplicar as penalidades cabíveis.
 - (E) expedir recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções.

95. Toda atividade do Ministério Público obedecerá aos princípios do planejamento estratégico e operacional, sendo que
- (A) o Plano Geral de Atuação e o Plano Plurianual serão elaborados pelo Colégio de Procuradores de Justiça e os Programas e Projetos Especiais pelas Procuradorias de Justiça e Promotorias de Justiça.
 - (B) são instrumentos do planejamento estratégico os Programas e Projetos Especiais, aprovados pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante proposta das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
 - (C) o Plano Geral de Atuação e o Plano Plurianual levarão em conta as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual do Estado do Pará e os Programas ou Planos de Atuação das Procuradorias e das Promotorias de Justiça elaborados por estas.
 - (D) cabe ao Corregedor-Geral do Ministério Público a fiscalização do cumprimento dos objetivos do Plano Geral de Atuação e do Plano Plurianual.
 - (E) o Plano Geral de Atuação e o Plano Plurianual são instrumentos programáticos e suas diretrizes e objetivos não obrigam os órgãos de administração e de execução do Ministério Público.

Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos

96. A outorga de direito de uso da água é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos – e através dela o Poder Público competente autoriza o usuário, sob condições preestabelecidas, a utilizar ou realizar interferências nos corpos d'água que são de domínio público. Sobre a Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos é correto afirmar:
- (A) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser renovada.
 - (B) O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos implica a alienação apenas parcial das águas.
 - (C) A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (D) Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos de uso de recursos hídricos referentes à extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
 - (E) A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado na ausência de uso por 5 (cinco) anos consecutivos.

97. Considere as seguintes afirmações:

- I. Assim são consideradas as florestas e demais formas de vegetação situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal com largura mínima entre 30 e 500 metros, dependendo esta da respectiva largura do curso d'água.
- II. É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local.
- III. Define-se como área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- IV. Assim são consideradas, em zonas rurais ou urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima entre 30 e 500 metros, dependendo esta da respectiva largura do curso d'água.
- V. Trata-se de área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Sobre áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e V.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.



98. A propósito da educação básica obrigatória gratuita é correto afirmar:

- (A) Não pode ser cobrado judicialmente do Estado uma vez que é dos Poderes Legislativo e Executivo a prerrogativa de formular e executar políticas públicas.
- (B) Será sempre limitada à educação infantil e à educação fundamental, podendo ser cobrada judicialmente do Estado.
- (C) É norma programática, inclui a universalização do ensino médio gratuito, não tendo prazo nem condições para sua implementação.
- (D) É direito prestacional de progressiva universalização não tendo prazo definido para sua implementação.
- (E) Deverá ser implementada progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

99. Segundo a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência acessibilidade incluem

- (A) a facilitação da mobilidade pessoal das pessoas com deficiência, na forma e no momento em que elas quiserem, e a custo acessível.
- (B) a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade em edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho.
- (C) a facilitação às pessoas com deficiência do acesso a tecnologias assistivas, dispositivos e ajudas técnicas de qualidade, e formas de assistência humana ou animal e de mediadores, inclusive tomando-os disponíveis a custo acessível.
- (D) propiciar às pessoas com deficiência e ao pessoal especializado uma capacitação em técnicas de mobilidade.
- (E) o incentivo a entidades que produzem ajudas técnicas de mobilidade, dispositivos e tecnologias assistivas a levarem em conta todos os aspectos relativos à mobilidade de pessoas com deficiência.

100. Em relação ao inquérito civil:

- (A) O prazo de conclusão do inquérito civil é fixado no âmbito da competência administrativa de cada Ministério Público, mediante ato administrativo de seu Órgão de Administração Superior competente, desde que não superior a um ano.
- (B) É possível expedir recomendações, nos autos de inquérito civil ou de procedimento preparatório, como medida alternativa ou substitutiva ao compromisso de ajustamento de conduta ou à ação civil pública.
- (C) O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer a qualquer tempo.
- (D) Poderá officiar nos autos do inquérito civil, do procedimento preparatório ou da ação civil pública o órgão responsável pela promoção de arquivamento não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) Todas as diligências no âmbito do inquérito civil serão documentadas mediante termo ou auto circunstanciado e todos os ofícios requisitórios deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento.